



Núcleo Interdisciplinar de Estudos e  
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

## Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

TÍTULO DO TRABALHO			
<b>A Resistência da Cidade do Rio de Janeiro diante das Políticas de Repressão e Remoção Pré-Cidade-Global</b>			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
<b>Alexandre Fabiano Mendes</b>	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	UERJ	Doutorando
COAUTOR 2			
<b>Diogo Pinheiro Justino de Souza</b>	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	UERJ	Mestrando
COAUTOR 3			
<b>Ludmila Ribeiro Paiva</b>	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	UERJ	Mestranda
COAUTOR 4			
<b>Mariana Gomes Peixoto Medeiros</b>	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	UERJ	Graduada
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>No início dos anos 90, emergiu na cidade do Rio de Janeiro um novo modelo de política urbana, que propôs mudanças na estrutura e na gestão da cidade com a redefinição do papel do governo local. O executivo municipal, como agente potencializador do desenvolvimento econômico da cidade, deveria adotar uma postura empreendedora, estratégica e inevitavelmente afinada com o discurso empresarial. Esse novo perfil de governança hoje começa a atingir um alto grau de institucionalidade, com a realização de vultosos projetos urbanísticos que resignificam os espaços e desencadeiam o processo de “gentrificação” (expulsão branca, decorrente da valorização imobiliária excessiva e encarecimento do custo de vida em determinada região). Para a cidade-sede dos megaeventos esportivos é indesejável que se dê visibilidade às mazelas sociais e à desordem urbana: uma nova estética se impõe, e requer a expulsão da população de baixa renda para as regiões periféricas da cidade, pouco atrativas ao capital imobiliário. Este artigo busca analisar esse processo, dentro da perspectiva das lutas pela cidade, no marco teórico de autores como Henri Lefebvre, David Harvey e Milton Santos, buscando relacionar as transformações em curso na cidade ao ideário de cidade-global e “criativa” – espaço privilegiado para o capitalismo cognitivo capturar a produção de conhecimento, a criatividade e a cooperação social através de táticas de controle social e biopoder – além de observar como são tecidos canais de resistência e cooperação entre os moradores e entidades diversas, na luta por espaços de participação na gestão democrática da cidade.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Biopolítica. Cidade-global. Resistência popular			
ABSTRACT			
<p>In the early 90s, emerged in the city of Rio de Janeiro a new model of urban policy, which proposed changes in the structure and management of the city with the redefinition of the role of local government. The municipal executive, as a potentiating agent of the city's economic development, should adopt an strategic, entrepreneurial attitude, and inevitably in tune with the business discourse. This new governance profile is now beginning to reach a high degree of institutionalization, with the completion of significant plans to reframe urban spaces and trigger the process of "gentrification" (white expulsion, due to excessive real estate appreciation and higher costs of living in given region). For the host city of sports mega-events is undesirable to give visibility to social ills and urban disorder: a new aesthetic prevails, and requires the eviction of low income for the peripheral regions of the city, unattractive to the real estate capital. This article seeks to analyze this process from the perspective of the struggles by the city, in the framework of authors such as Henri Lefebvre, David Harvey and Milton Santos, seeking to relate the changes that take place in the city to the ideals of global and "creative" city - privileged space to cognitive capitalism capture the production of knowledge, creativity and social cooperation through tactics of social control and biopower - and observe how there are woven channels of resistance and cooperation between residents and several entities in the struggle for chances of participation in the democratic management of the city.</p>			

## 1 NOÇÕES DE EMPREENDEDORISMO URBANO E FORMAÇÃO DAS CIDADES-GLOBAIS

A cidade e o fenômeno urbano se constituem de acordo com as transformações decorrentes da produção e reprodução da sociedade, estando submetidos, portanto, à lógica de um determinado modo de produção e da correspondente estrutura político-institucional. Partindo desta concepção, consideramos que a política urbana é fruto das contradições da cidade, resultantes das relações entre diversas forças sociais conflitantes quanto ao modo de ocupação ou de produção do espaço urbano.

As intervenções do Estado no urbano se dão através de diferentes instrumentos de planificação e normatização jurídicos e financeiros além de operações reais no território. Todos eles precisam ser analisados levando em consideração os efeitos que acarretam na vida de seus habitantes e ainda diferenciando os impactos que essas intervenções têm sobre as diferentes classes e grupos sociais.

As cidades portuárias ainda se apresentam como lugares estratégicos, em razão de suas zonas de processamento das exportações. Segundo SASSEN (1998)<sup>1</sup>, tais zonas são geralmente situadas em países em que a mão-de-obra é barata, podendo haver isenção de impostos e padrões pouco exigentes de salubridade do ambiente de trabalho, incentivando que as empresas dos países desenvolvidos implantem fábricas para processar e reunir componentes de lá trazidos para então reexportá-los de volta. São áreas, portanto, de extrema importância na dinâmica de internacionalização da produção.

A posição estratégica dessas cidades tem propiciado a formação de cidades globais ou mundiais<sup>2</sup>, isto é, cidades-sede do dinamismo das trocas internacionais, alvo de uma série de transformações de cunho econômico, social, político e urbanístico e ponto de intensa gravitação nos territórios nacionais e de grande destaque nos fluxos macro-regionais e internacionais. Para tanto, o poder público se empenha na atração de investimentos e capitais e na exaltação da vocação turística e dos atributos naturais, ao mesmo tempo em que realiza enormes investimentos em infra-estrutura e nos setores de serviços financeiros, sócio-culturais e de fluidez territorial (transportes e comunicações).

---

<sup>1</sup> SASSEN, Saskia. *As Cidades na Economia Mundial*. São Paulo: Studio Nobel, 1998. p. 34.

<sup>2</sup> Embora os conceitos de “cidade global” ou “cidade mundial” tenham surgido na década de 1980, fazendo referência às transformações urbanas dentro do quadro da reestruturação produtiva em curso nos países centrais, eles se generalizam como categoria analítica a partir da década de 1990. Nesse sentido, ressaltamos o trabalho desenvolvido por Sassen (1991), que atribui essa denominação a cidades como Nova Iorque, Tóquio, Londres, Paris, Frankfurt, Los Angeles, Cingapura, Hong Kong, Miami, Cidade do México, São Paulo e Bombaim.

Numa conjuntura marcada pela desindustrialização, degradação dos centros urbanos, crescente terceirização e precarização da força de trabalho e aumento do trabalho informal, as novas estratégias de planificação são orientadas para conter a desordem urbana, porém com a nova roupagem do “empreendedorismo urbano”, que pretende alterar as engrenagens da máquina cultural e estética e dar uma nova imagem à cidade.

No plano internacional, tais cidades precisam competir para atrair novos investimentos de capital e tecnologia, competir para sediar novas indústrias e negócios, competir no preço e na qualidade dos serviços e na atração de força de trabalho qualificada, a única forma de sobreviver à economia globalizada. Dentre as estratégias promovidas para situar as cidades na concorrência mundial, a reabilitação de áreas urbanas centrais constitui assunto recorrente na política urbana em vários países, tanto no centro do capitalismo mundial quanto na sua periferia. No Brasil, embora não seja um tema novo, assume maior dimensão e dinamismo nos dias atuais, com a implementação de vários programas voltados para a renovação urbana de áreas centrais degradadas.

Desde o início dos anos 1990, surge na cidade do Rio de Janeiro o ideário do empreendedorismo urbano. Buscando maior eficácia administrativa e avaliando a necessidade de disciplinar o gasto público, junto à idéia de que o executivo municipal poderia exercer importante papel no estímulo e atração de investimentos privados, o Plano de Governo de 1993-1996 previa a descentralização em subprefeituras que tinham por atribuição “criação de condições de atratividade para implantação de novos investimentos do setor produtivo na cidade e, particularmente, no setor imobiliário, comercial e de serviços nas áreas mais centrais”.<sup>3</sup>

COMPANS (2005) observa, ainda, que no estímulo ao desenvolvimento econômico caberia à iniciativa municipal, além do apoio institucional e da identificação de oportunidades de investimentos, o ordenamento urbanístico e paisagístico das áreas públicas, sendo prioridade o restabelecimento da “ordem urbana”.<sup>4</sup> Igualmente, o uso sistemático das “tendências globais” como parâmetros do desenvolvimento local demonstra que o paradigma adotado é, nitidamente, o da cidade global, cuja lógica de organização social, econômica e espacial deve estar subordinada ao mercado global<sup>5</sup>.

Apesar de tais idéias terem sido consubstanciadas no antigo Plano Estratégico de 1993, na gestão César Maia, muito da sua essência permanece na atualidade, atingindo até alguma concretude, como se observa no Projeto Porto Maravilha dentre outros em curso na cidade.

---

<sup>3</sup> In COMPANS, Rose. *Empreendedorismo urbano: entre o discurso e a prática*. São Paulo: Editora UNESP, 2005. p. 187.

<sup>4</sup> Op. cit. p. 188.

<sup>5</sup> Op. cit. p. 197.

## 2 BREVE HISTÓRICO RECENTE DA POLÍTICA URBANA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Se fizermos um apanhado das políticas urbanas historicamente levadas a cabo na cidade do Rio de Janeiro, poderemos extrair algumas tendências que podem explicar melhor como a questão urbana vem sendo enfrentada pelo executivo municipal na atualidade. Partindo deste recorte, iniciaremos o estudo a partir da emblemática gestão do Prefeito Pereira Passos no início do século XX (1902-1906), que se pautou pelo discurso cientificista e higienista, realizando-se, a partir disso, uma série de intervenções urbanas na cidade. O Rio de Janeiro recebeu fama internacional de porto sujo ou “cidade da morte” devido às epidemias que ocorreram, como as da febre amarela, varíola e cólera. Nesse contexto, era interessante para as elites comerciais que fosse realizada uma espécie de limpeza urbana na cidade.<sup>6</sup>

Nesse sentido, as reformas urbanas de Pereira Passos tiveram como um dos focos a retirada dos chamados *cortiços* do centro da cidade, com a remoção de seus moradores para áreas afastadas da cidade. Com a transferência dessa população para o subúrbio, demonstra-se a despreocupação do município em relação ao vínculo existente entre a população pobre e seus locais de moradia e trabalho.

A era Vargas, a partir dos anos 1930 enfatizou o ideal de embelezamento da cidade, valorizando o modelo higienista. As favelas eram consideradas aberrações e não havia qualquer preocupação com as condições de vida de seus moradores. Assim, a política urbana desse período focou a demolição das construções nessas áreas, com a remoção dos moradores para os chamados parques proletários.

No período seguinte (décadas de 1940 e 1950) houve um grande movimento migratório, originário de populações rurais e fundamentalmente, de estados nordestinos. Esse fato contribuiu para o processo de favelização da cidade, já que grande parte dessa população não tinha acesso a trabalho formal.

Com os governos Negrão de Lima (1965-1970) e Chagas Freitas<sup>7</sup> (1971-1975 e 1979-1983) houve novo recrudescimento das políticas de segregação na cidade, ainda com políticas de remoção. Nesse período já se visualizava o tratamento diferenciado entre a favela (entendida como espaço de

---

<sup>6</sup> Para um excelente panorama da política urbana no Rio de Janeiro até a década de 1960, ver ABREU, Maurício de Almeida. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPP, 2008.

<sup>7</sup> Negrão de Lima foi governador do Estado da Guanabara, que existiu entre 1960 e 1975, no espaço do atual município do Rio de Janeiro. Chagas Freitas foi governador do Estado da Guanabara entre 1971 e 1975, e após a unificação, foi governador do Estado do Rio de Janeiro entre 1979 e 1983.

população marginal da sociedade) identificada como local de desordem e o “asfalto”, espaço da ordem.

Durante o período ditatorial (1964-1985) houve claro desinteresse do Estado quanto à redução das desigualdades sociais e à promoção de políticas habitacionais para a população de baixa renda. Entretanto, esse período se caracterizou por um importante movimento de resistência às políticas de remoção de comunidades, incluindo moradores, estudantes e intelectuais, apesar de pecar pela desorganização. Destaque-se o surgimento do Movimento Nacional pela Reforma Urbana em 1970 e o Encontro Estadual de Favelas realizado pela FAFERJ em 1981.

No início do período de redemocratização do país, Leonel Brizola era o governador do estado do Rio de Janeiro (1983-1987/1991-1994) e possuía políticas contrárias ao remocionismo. O governo Brizola possuiu importantes enfoques no que diz respeito ao direito à moradia, como a regularização fundiária e o apoio à autoconstrução. Entre as principais ações podemos assinalar a criação do programa “Cada família, um lote” e o fortalecimento do ITERJ (Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro).

No final da década de 1980 houve uma importante luta travada em torno da Constituição Estadual e da Lei Orgânica Municipal. Com a organização dos movimentos sociais urbanos em torno da bandeira do direito à cidade, houve sérios avanços, como por exemplo, a inclusão do princípio da não remoção no art. 429 da Lei Orgânica Municipal do Rio de Janeiro.

Na gestão Cesar Maia (1993-1997/2001-2005/2005-2009), sobretudo no primeiro mandato, e de seu sucessor Luiz Paulo Conde (1997-2001), apesar do pouco comprometimento com as demandas populares, houve um interessante programa de integração das favelas com o restante da cidade, a partir das chamadas medidas de urbanização, denominado programa Favela-bairro. Apesar do foco do programa não ter sido a contenção de encostas, nos dias de hoje se percebe ao visitar as comunidades atingidas pelas chuvas de abril de 2010, que uma série de obras nesse sentido foram extremamente importantes e eficientes, evitando uma tragédia ainda maior.

Esse brevíssimo apanhado histórico não teve como objetivo resgatar todo o processo de urbanização na cidade do Rio de Janeiro, mas apenas, de forma singela mostrar que medidas antidemocráticas sempre estiveram presentes no cotidiano carioca, apesar de importantes ressalvas, como o governo Leonel Brizola.

### **3 A CIDADE PARTIDA. REMOÇÕES, CHOQUE DE ORDEM, UPPS E A NOVA URBE QUE SE IMPÕE**

#### **a) A política de remoção de comunidades de baixa renda no Rio de Janeiro**

Uma série de projetos urbanísticos estão previstos para a cidade do Rio de Janeiro, alguns já em fase de execução. Além de projetos de requalificação urbana e melhoria de infra-estrutura, estão sendo implementados programas de governo como o Morar Carioca (uma espécie de continuação do Favela-Bairro, que visa “urbanizar” todas as favelas até 2020), Minha Casa, Minha Vida (programa de construção de habitação de interesse social subsidiada para famílias de 0 a 10 salários-mínimos), a renovação da região portuária da cidade através do mega-projeto Porto Maravilha e a construção de grandes estruturas viárias – Transcarioca, Transoeste e Transolímpica.

Todos esses projetos têm demandado a remoção de milhares de moradores.

A isso se soma o evento ocorrido em abril de 2010, da tragédia das chuvas que provocaram uma série de deslizamentos na cidade e a morte de centenas de pessoas. Tal evento motivou que a prefeitura anunciasse a remoção de todas essas áreas consideradas “de risco” para servir de moradia para a população. No dia 16/04/2010, foi realizada uma histórica assembléia no Morro dos Prazeres, uma comunidade ameaçada de remoção total em decorrência das chuvas. A assembléia, uma iniciativa para organizar o movimento de resistência das comunidades, contou com a participação de entidades da sociedade civil, militantes e moradores de outras comunidades ameaçadas.

Em sua fala, o morador Ezequiel de Oliveira Tomé, fez questão de, inicialmente, expor o significado da palavra remoção:

Remoção: Substantivo feminino. Ato ou efeito de remover. (Mini Aurélio)  
Remover: Verbo transitivo direto. 1. Mover ou retirar para outro lugar, deslocar, transferir. 2. Por distante, afastar. 3. Fazer desaparecer, desfazendo, desmanchando, etc.<sup>8</sup>

A política urbana na cidade do Rio de Janeiro nos últimos tempos tem como uma de suas características a busca de retirar os pobres de seus locais de moradia e trabalho, sobretudo se localizados em regiões valorizadas. A gestão Eduardo Paes acentuou brutalmente essa política; em um primeiro momento através do discurso da ordem e da lei, depois, após as chuvas de abril de 2010, com o discurso do risco, e agora, mais ainda, com a realização da Copa do Mundo e dos jogos Olímpicos na cidade.

Com a proximidade da realização dos megaeventos diversas comunidades sendo removidas ou estão ameaçadas de remoção, sem nenhum respeito aos direitos fundamentais dos moradores. Cite-se, como exemplo, comunidades como Restinga, Vila Harmonia e KM 35, todas na Avenida das Américas, onde será realizada as obras da via Transoeste; os casarões no Largo do Campinho, por onde passará a chamada Transolímpica; ou a comunidade denominada Metrô Mangueira, próxima ao Maracanã, na qual o município distribuiu laudos de interdição genéricos, sem realizar vistorias técnicas nas casas, e sequer apresentou o projeto para a área, havendo somente as suspeitas dos moradores de que ali será construído um estacionamento para o Estádio do Maracanã.

---

<sup>8</sup> Esse discurso foi publicado na Revista GLOBAL. N.12. Ano 2010. p. 8-9.

Já os moradores da região portuária estão ameaçados por dois grandes projetos voltados para a região: o Porto Maravilha e o Morar Carioca Morro da Providência. A região abriga, além da população originária dos Morros da Providência, Conceição e do Pinto, em sua maioria de baixa de renda<sup>9</sup>, um grande número de imóveis abandonados, boa parte deles ocupados por famílias sem teto.

O projeto Morar Carioca Morro da Providência prevê a remoção de 832 residências, 515 unidades a serem removidas em razão de “risco geotécnico, estrutural e insalubridade” e 317 realocações necessárias para a realização do projeto urbanístico no que se inclui o “desadensamento” da comunidade<sup>10</sup>. O risco alegado pela prefeitura já foi descaracterizado por contra-laudo geotécnico, que concluiu um número muito inferior de casas vulneráveis e que a maioria dos problemas seria facilmente solucionável com simples obras de contenção.

Como nas demais localidades, a prefeitura marca as casas para remoção com tinta *spray*. A propósito, existe uma ação judicial em trâmite, proposta pelo Núcleo de Direitos Humanos juntamente ao Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, responsabilizando a prefeitura pelas “pixações” realizadas nas casas objeto das intervenções urbanísticas, obrigando o poder público a interromper este procedimento e desfazer as marcações das casas por toda a cidade.

Há uma outra ação proposta pela Defensoria Pública, em trâmite atualmente no Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, uma Ação de Exibição de Documentos, exigindo a exibição de todos os documentos relacionados ao Morar Carioca do Morro da Providência, pois não há publicação do projeto arquitetônico, bem como da planta baixa das intervenções, planos de reassentamento, estudo de impacto ambiental, estudo de impacto de vizinhança dentre outros. A ausência desses documentos inviabiliza a defesa dos direitos dos moradores que residem no Morro.

O Projeto Porto Maravilha, por sua vez, foi levado a cabo através da Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio, que será financiada através da emissão de CEPACs (Certificados de Potencial Adicional de Construção) e tem sua abrangência territorial delimitada por uma Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU), que abrange a totalidade dos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo e parte dos bairros do Centro, São Cristóvão e Cidade Nova. Tal operação urbana, com um prazo máximo de realização de trinta anos e custo estimado em oito bilhões de reais<sup>11</sup>, busca implementar um plano integrado de intervenção urbana - incluindo a alteração, não apenas das edificações, mas também no sistema viário e outros serviços públicos -, seguindo o

---

<sup>9</sup>72,4% da população da região portuária tem renda familiar de até 3 salários mínimos, segundo dados da Pesquisa Sócio-Econômica Porto do Rio (dez. 2002). Coordenação: Diretoria de informações da Cidade do DIC-IPP/AGRAR Consultoria e Estudos Técnicos - p. 20, gráfico 14. In LOBO, Maria da Silveira. Porto Maravilha: O EIV do Professor Pancrácio. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/11.129/3842>.

<sup>10</sup> Informações extraídas de material informativo do Morar Carioca Morro da Providência que não está mais disponível ao público.

<sup>11</sup> Informação extraída do Prospecto de Registro da OUC na Comissão de Valores Mobiliários do Rio de Janeiro.

exemplo internacional de outras “cidades globais” que trilharam o caminho das políticas de empreendedorismo urbano e reestruturaram suas antigas zonas portuárias vocacionando-as para o turismo e o lazer, com claros conteúdos de gentrificação do território.

Não há orientação clara para a produção de habitação de interesse social através do aproveitamento dos vazios urbanos existentes na área de intervenção, majoritariamente composta por imóveis e terrenos públicos. Em materiais de divulgação da OUC, como boletins informativos e materiais de apresentação audiovisual, há a veiculação da produção de aproximadamente 500 unidades habitacionais através do Programa Novas Alternativas da Prefeitura do Rio, voltado para famílias com renda superior a 5 salários mínimos. Além disso, está prevista a flexibilização da regulação urbanística no sentido de permitir prédios de até 50 pavimentos (que não se enquadram no modelo de habitação de interesse social).

O Estudo de Impacto de Vizinhança apresenta diversas falhas, irregularidades e informações falaciosas além de inexistir Estudo de Impacto Ambiental dos projetos Porto Maravilha e Morar Carioca Morro da Providência<sup>12</sup>. O representante da CDURP (Concessionária de Desenvolvimento da Região do Porto do Rio) afirmou em audiência pública com a população que há uma estimativa de 250 famílias afetadas “no asfalto”. Dificilmente a estimativa está correta, tendo em vista que somente uma ocupação, a Machado de Assis, abriga aproximadamente 150 famílias.

Alguns dados divulgados na página do Porto Maravilha mostram a expectativa de aumento de cerca de 10 mil moradias no local, no entanto nenhuma delas referentes à habitação de interesse social. Na planilha de empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida, está prevista a construção de poucas unidades na região central da cidade e suas imediações, e nenhuma delas voltada para famílias de 0 a 3 salários mínimos, apesar desta ser a faixa de renda da população atualmente residente na região portuária. Tal elemento contribui para o questionamento sobre as bases sociais em que se apóia a projeção do aumento populacional para a região. Quem serão os verdadeiros beneficiados com o Projeto?

Sem a previsão e indução de um eixo habitacional popular, a OUC aprofundará a reprodução do histórico processo de segregação social dos segmentos de mais baixa renda, além de expor os segmentos sociais mais vulneráveis social e economicamente, situados na faixa de 0 a 3 salários

---

<sup>12</sup> Foi verificado que os profissionais que realizaram o EIV não apresentaram registros profissionais, e o Estudo afirma que a oferta de matrículas pelas redes municipal e estadual de ensino atende à demanda atual, apesar da reivindicação dos moradores por uma escola de ensino médio e de uma escola técnica seja datada de pelo menos duas décadas. E em relação aos equipamentos de saúde, o diagnóstico conclui que não há demanda de novos centros de atendimento médico, ignorando o fato de que não há nenhum atendimento de emergência na região. In LOBO, Maria da Silveira. Porto Maravilha: O EIV do Professor Pancrácio. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/11.129/3842> e GOULART, Simone de Oliveira. Análise preliminar do capítulo: Aspectos Legais do Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV do Porto Maravilha de Disponível em <http://redepv.org.br/voluntariosrio/2011/03/analise-preliminar-do-capitulo-aspectos-legais-do-estudo-de-impacto-de-vizinhanca-eiv-do-porto-maravilha/>



mínimos, e que já habitam a região Portuária e demais bairros da AP1, aos efeitos da “gentrificação” do espaço urbano com sua conseqüente expulsão a curto e médio prazos.

A realização da OUC já conta com os recursos necessários à realização das duas fases da OUC que estão em andamento. A primeira fase possui orçamento aproximado de R\$350 milhões de reais, desembolsado pela Prefeitura e pelo Ministério do Turismo e é executada pelo Consórcio Saúde – Gamboa, formado pelas empresas Construtora OAS Ltda., Empresa Industrial Técnica S.A. e Odebrecht Serviços de Engenharia e Construção S.A.

A segunda fase, licitada e sob responsabilidade do consórcio Porto Novo, composto pelas empresas Norberto Odebrecht, OAS e Carioca Engenharia, conta com recursos do FGTS aportados pela Caixa Econômica Federal. A transferência de recursos do FGTS deve ser entendida de um lado como uma brutal redução de riscos para os investidores privados, que passam a ter, desde já, um cenário favorável aos investimentos mediante a aceleração da execução das obras de infra-estrutura urbana sob responsabilidade pública e, de outro, uma fenomenal transferência de recursos públicos, oriundos do trabalho, para valorização da terra urbana, através das obras e investimentos urbanos necessários, valorização essa que será apropriada privadamente pelos próprios capitais interessados na compra/venda de CEPACs.

Com o início das intervenções urbanísticas na região portuária, foi possível observar como se deu a organização comunitária a partir do Fórum Comunitário do Porto. Criado em janeiro deste ano, o Fórum vem reunindo moradores da região portuária e suas imediações, bem como diversas organizações, como movimentos sociais, acadêmicos, mandatos de vereadores, organizações não governamentais, representantes da Federação das Associações de Moradores do Município do Rio de Janeiro e do Quilombo da Pedra do Sal, dentre outros apoiadores. O Fórum Comunitário do Porto reúne-se periodicamente, para debater o Projeto Porto Maravilha e suas implicações para a população afetada pelo projeto, e discutir estratégias para evitar violações de direitos e garantir a preservação do patrimônio cultural lá existente dando visibilidade à identidade local.

Nesse contexto, é importante retomar os significados do termo remoção, que vai desde um fazer deslocar a um fazer desaparecer. No caso da remoção de comunidades não se trata, na maioria das vezes, de um simples deslocamento (de um lugar a outro), mas de desaparecimento, posto que os laços construídos no local onde se vive, a história e toda a relação comunitária se extinguem. De acordo com o então Defensor Público Alexandre Mendes, em entrevista ao Jornal da OAB, tais remoções injustificadas causam uma espécie de deportação, uma morte em vida, violando a integralidade dos direitos humanos.<sup>13</sup>

---

<sup>13</sup> Alexandre Mendes é ex-defensor público do Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. Ver entrevista completa em <<http://pub.oab-rj.org.br/index.jsp?conteudo=12753>>

## b) Em busca da Ordem

Segundo Zygmunt Bauman a busca da ordem se sobressai entre as tarefas impossíveis que a modernidade se atribuiu, sendo a menos possível das impossíveis e a menos disponível das indispensáveis.<sup>14</sup>

Bauman pensa a modernidade como um tempo em que se reflete a ordem, do mundo, do habitat humano, do ser humano e da conexão entre o três. A ordem das coisas não é natural, pelo contrário é fruto de intervenções no espaço e na vida, que ao final, só podem produzir a segregação do outro da ordem. Isso porque, a ordem como uma questão de poder é, acima de tudo, na modernidade, a ordem como uma questão de quem detém o poder de defini-la e impô-la.

O outro da ordem, a existência fora da ordem torna-se mera natureza, algo inadequado, não confiável e, ainda mais, algo que não se deve deixar por sua própria conta; algo a ser dominado, subordinado e remodelado; algo a ser reprimido, refreado, contido e formado, à força.<sup>15</sup>

Podemos dizer que a existência é moderna na medida em que é produzida e sustentada pelo *projeto, manipulação, administração, planejamento*. A existência é moderna na medida em que é administrada por agentes capazes (isto é, que possuem conhecimento, habilidade e tecnologia) e soberanos. Os agentes são soberanos na medida em que reivindicam e defendem com sucesso o direito de gerenciar e administrar a existência: o direito de definir a ordem e, por conseguinte, pôr de lado o caos como refugio que escapa à definição.<sup>16</sup>

Dessa maneira, a construção da ordem exige a deslegitimação do outro, impondo a negação dos direitos e das razões de tudo que não pode ser assimilado. Se, para Bauman, a soberania do Estado moderno é o poder de definir e fazer as definições pegarem, o que se autodefine ou, de alguma forma, escapa à definição firmada pelo poder é considerado subversivo. O outro dessa soberania são as áreas proibidas, de agitação e desobediência, de colapso da lei e da ordem.<sup>17</sup> Diante disto, resistir a tal definição seria por um limite à soberania, ao poder, ao controle e à ordem, afirmando o fluxo incontrolável pela necessidade de ordenação imposta pela autoridade.

Murray Bookchin, pensador que trabalhou a fundo os problemas da cidade, dialoga com Bauman em determinado ponto, ainda que, talvez, inconscientemente. Para Bookchin a era moderna

---

<sup>14</sup> BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e ambivalência*. 1999. p. 12.

<sup>15</sup> Op. cit. p. 15.

<sup>16</sup> Idem.

<sup>17</sup> Op cit. p. 16.

se caracteriza pela urbanização, que é uma degradação do conceito de cidade (civitas, corpo político de cidadãos livres) em urbe (conjunto de edifícios, praças, isto é, o fato físico da cidade).<sup>18</sup>

Urbanizar tem significado normalmente planejamento e administração estatal, sem participação popular, posto que relacionado à cidade como urbe e não como civitas. Assim, promove-se a administração e o ordenamento do fato físico da cidade (urbe) e dos indivíduos enquanto objetos (não-civitas), compreendendo o que não é urbanizado como um espaço fora da cidade, daí falar-se hoje em urbanização de favelas.

Bookchin continua informando que esses dois conceitos foram distintos em Roma até a época imperial, sendo que sua confusão corresponde exatamente ao declínio da cidadania. Os Gracos que haviam procurado transformar a urbe em cidade, dando primazia ao cidadão e ao político sobre o econômico, fracassaram, e, sob o império a urbe sobrepujou a cidade. Na França também havia distinção entre os conceitos e Rousseau já dizia que “as casas fazem o aglomerado urbano (ville) mas só os cidadãos fazem a cidade (cité)”.

O discurso da ordem na cidade, contemporaneamente, transformou a questão em problema de segurança pública. Conforme Taiguara Souza, *a referência histórica mais simbólica do modelo “lei e ordem” encontra raízes na administração de Rudolph Giuliani da prefeitura nova-iorquina em 1994*.<sup>19</sup> Na busca do reestabelecimento da ordem na cidade, através da política denominada “tolerância zero”, reprimindo prostitutas, moradores de rua, etc. Em claro paralelo à denominada teoria das janelas quebradas (*broken windows*) formulada na década de 1980.

No Rio de Janeiro o chamado programa Choque de Ordem tem profunda relação com o discurso da segurança pública. Assim, de acordo com o site do Município, o programa tem como objetivo devolver a ordem à cidade e combater pequenos furtos, além de trabalhar com o entendimento de que a desordem urbana “é o grande catalisador da sensação de insegurança pública e a geradora das condições propiciadoras à prática de crimes, de forma geral.”

Utiliza-se, aqui, uma estratégia de controle social, amparada pelo discurso da segurança pública, que regulamenta parte da população na cidade, reprimindo desde ambulantes e moradores de rua a construções ilegais. Assim, com a suspensão dos direitos dessa população, vemos a utilização do paradigma da exceção como técnica de governo.

É verdade que algumas atuações do programa choque de ordem não possuem nem de longe amparo nesse discurso. É o caso, por exemplo, das demolições de imóveis realizadas no Bairro do Recreio dos Bandeirantes (como é o caso da comunidade Jacaré do Papo Amarelo), onde ocorre a

---

<sup>18</sup> BOOKCHIN, Murray. *Municipalismo Libertário*. Disponível em: <<http://www.nodo50.org/insurgentes/textos/autonomia/04municipalismo.htm>>. Acessado em 20/11/2010.

<sup>19</sup> SOUZA, Taiguara Líbano Soares. *Constituição, Segurança Pública e Estado de Exceção Permanente: A Biopolítica dos Autos de Resistência*. 2010, p. 119-120.

retirada dos moradores de suas casas de forma arbitrária, sob o argumento de que estão construídas de forma irregular.

Conforme aponta Antonio Negri, as dimensões especiais dos edifícios e dos espaços públicos estão completamente subordinadas à lógica do controle; isso onde o capital imobiliário não determina rendas muito altas para se subordinar aos instrumentos de controle. Para o autor, “tolerância zero” tornou-se uma palavra de ordem na metrópole, onde foram inventadas as técnicas homogêneas e contínuas de guerra e polícia.<sup>20</sup>

Assim, a utilização do discurso da ordem como técnica de segurança, de modo a legitimar a suspensão de direitos é um sintoma do tratamento policialesco concedido à problemática social, que ficou evidenciado com a recente indicação do Sr. Rodrigo Bethlem, ex-secretário municipal de Ordem Pública, para a Secretaria municipal de Assistência Social.<sup>21</sup>

### c) Unidades de Polícia Pacificadora

A proximidade recente da realização de diversos mega-eventos esportivos na cidade motivou também a elaboração de uma política de segurança pública e controle social capaz de atender às demandas e exigências dos comitês esportivos e patrocinadores, e os anseios de um público vultoso de turistas advindos de vários lugares do mundo. A resposta do Poder Público se deu com a implementação das Unidades de Polícia Pacificadora em pontos estratégicos da cidade, responsáveis por expulsar o tráfico das favelas eleitas, trazendo uma aura de legalidade e presença do Estado em locais há muito abandonados pelo Poder Público.

A instalação das UPPs está diretamente ligada à renovação urbana de áreas degradadas e os empreendimentos urbanos voltados para a Copa do Mundo e para as Olimpíadas. As unidades estão concentradas na Barra da Tijuca, Zona Sul e Grande Tijuca<sup>22</sup>, áreas de grande valorização no mercado imobiliário carioca<sup>23</sup>. A introdução das UPPs no cenário urbano seu de modo concomitante

---

<sup>20</sup> NEGRI, Antonio. *Dispositivo Metrópole. A Multidão e a metrópole*. Rio de Janeiro: Lugar comum – Estudos de mídia, cultura e democracia, n° 25-26, p. 201-208, 2008.

<sup>21</sup> Os relatos tem como base principal os relatórios do procedimento de instrução do Choque de ordem realizado pelo Núcleo de terras e habitação da defensoria pública do Estado de Rio de Janeiro.

<sup>22</sup> Segue lista com a localização das UPPs já instaladas. Na Zona Sul: Morro Santa Marta (Botafogo), Babilônia e Chapéu Mangueira (Leme), Pavão-Pavãozinho e Cantagalo (Copacabana e Ipanema), Tabajaras e Cabritos (Copacabana) e Coroa, Fallet, Fogueteiro (Rio Comprido) e Escondidinho e Prazeres (Santa Teresa). Muito recentemente, também foi instalada a UPP na favela da Rocinha. No eixo Tijuca e Zona Norte: Borel, Andaraí, Formiga, Salgueiro, Turano, Macacos, São João, Matriz e Quietão. Na área Central: Morro da Providência e São Carlos. Na Zona Oeste: Cidade de Deus (Jacarepaguá) e Jardim Batam (Realengo). Disponível em [http://upprj.com/wp/?page\\_id=20](http://upprj.com/wp/?page_id=20). Última consulta em 21/09/2011.

<sup>23</sup> Segundo o subsecretário de Planejamento e Integração Operacional do órgão, delegado Roberto Sá, as metas são reduzir as estatísticas de criminalidade e aumentar a sensação de segurança da população: “Nosso projeto de segurança com as UPPs tem algumas variantes como, por exemplo, o fator econômico (as unidades ficam nas áreas onde está boa parte da riqueza da cidade) e o de tempo (para formar novos policiais)”. A expansão das UPPs na Grande Tijuca já tem acarretado a valorização de imóveis em mais de 80%. Trecho extraído de notícia disponível em:

(e complementar) a outras políticas como a remoção de favelas e assentamentos informais e o Choque de Ordem<sup>24</sup>. A localização das comunidades eleitas para abrigar as UPPs coincide não somente com as áreas mais ricas da cidade, mas também com os novos empreendimentos esportivos, turísticos e imobiliários vinculados às Olimpíadas e à Copa do Mundo<sup>25</sup>.

As Unidades de Polícia Pacificadora (UPP)<sup>26</sup> são equipamentos da política de segurança pública norteados pela idéia de policiamento comunitário, que visa estabelecer contato direto e solidário entre os policiais e os moradores para a identificação conjunta dos anseios e dos problemas da comunidade, de maneira a delinear os procedimentos de segurança mais apropriados<sup>27</sup>. Após sua instalação, cabe aos policiais oferecer atividades solidárias que beneficiem e auxiliem os moradores<sup>28</sup>.

Também é objetivo explícito desta política que, após a ocupação da polícia, ocorra uma “invasão de serviços”<sup>29</sup>, mas por enquanto o que se observa é somente a “invasão” e também regularização de serviços privados, decorrente da criação, por iniciativa da Associação Comercial do Rio de Janeiro, de um Conselho Empresarial de Parcerias Pró-Formalidade<sup>30</sup>. A esse respeito, o encarecimento do custo de vida da população já pode ser verificado de diversas maneiras: em muitas comunidades ocupadas, os “gatos” na luz e na TV a cabo foram eliminados, sem que fosse instituída nenhuma tarifa social, prerrogativa permitida por lei para que os pobres paguem menos por determinados serviços.

Marcelo Lopes de Souza alerta para o risco de que,

---

<http://correiodobrasil.com.br/secretaria-de-seguranca-quer-formar-dois-grandes-blocos-de-upps/175378>. Última consulta em 21/09/2011.

<sup>24</sup> Operação da Prefeitura do Rio de Janeiro que tem por objetivo combater a desordem urbana e pequenos delitos a fim de evitar a sensação de insegurança pública e estimular “os bons princípios das ruas”. <http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?article-id=87137>. Última consulta em 21/09/2011.

<sup>25</sup> <http://www.redecontraviolencia.org/Artigos/726.html>

<sup>26</sup> “A Unidade de Policiamento Pacificadora é um novo modelo de Segurança Pública e de policiamento que promove a aproximação entre a população e a polícia, aliada ao fortalecimento de políticas sociais nas comunidades. Ao recuperar territórios ocupados há décadas por traficantes e, recentemente, por milicianos, as UPPs levam a paz às comunidades (...) A Polícia Comunitária é um conceito e uma estratégia fundamentada na parceria entre a população e as instituições da área de segurança pública”. Descrição obtida na página da UPP na internet: [http://upprj.com/wp/?page\\_id=20](http://upprj.com/wp/?page_id=20). Última consulta em 21/09/2011.

<sup>27</sup> TEIXEIRA, Eduardo Tomazine. *Unidades de Polícia Pacificadora: O que são, a que anseios respondem e quais desafios colocam aos ativismos urbanos? - 1.ª Parte*. Disponível em: <http://passapalavra.info/?p=25554>. Publicado em 25 de Junho de 2010. Último acesso em 30/09/2011.

<sup>28</sup> Por exemplo, são ministradas aulas de violão por um policial da UPP Babilônia/Chapéu Mangueira; aulas de natação, capoeira e taekwondo, para as crianças, e hidroginástica para os idosos da favela do Batam (com direito a eventuais distribuições de presentinhos, como as camisas do Botafogo ofertadas pelo capitão Ribeiro, em seguida ao título carioca de 2010 conquistado por este time); escolinha de futsal na UPP do Cantagalo, e de percussão, oferecida pelo capitão da unidade, entre outras atividades apresentadas em destaque no site oficial das UPPs. (TEIXEIRA, Eduardo Tomazine. Op. cit.)

<sup>29</sup> Informação obtida na página oficial da UPP: <http://upprj.com/wp/?p=911>. Última consulta em 21/09/2011.

<sup>30</sup> O Conselho é composto por representantes da Secretaria da Fazenda (do estado e do município), Secretaria de Segurança e de Ordem Pública, do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), as empresas Light, CEDAE, NET, entre outros membros de peso. Mais informações em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/12/05/conselho-incentivara-emprededorismo-em-favelas-ocupadas-por-upp-915073238.asp>.

com a valorização imobiliária que se vem observando no entorno formal de favelas já “pacificadas” e mesmo no que concerne ao mercado informal de certas favelas, a própria dinâmica de valorização do espaço vá, aos poucos, empurrando para fora das favelas da Zona Sul os moradores mais pobres, que seriam substituídos por camadas de poder aquisitivo um pouco maior - ou até bem maior, dependendo da localização. É o que se conhece, há muitos anos, como “expulsão branca”, e que, segundo algumas evidências, já teve início, acanhadamente, com o próprio Programa Favela-Bairro, anos atrás. As UPPs, portanto, [não estariam] a serviço, no médio e longo prazos, do capital imobiliário? Eis um cenário altamente provável, e surgem os indícios de que, especialmente em uma parte da cidade, isso já começa, devagar, a se tornar realidade<sup>31</sup>.

Nesse sentido, é sintomática a frase emitida por governantes e policiais em momentos variados das ocupações feitas pelas UPPs: “A comunidade hoje pertence ao Estado”. De fato, a “comunidade” nunca “se pertenceu”, ou estava sujeita às arbitrariedades policiais e práticas clientelistas, ou era objeto de disputa de narcotraficantes<sup>32</sup>. Correntemente, as favelas são vistas pelo Poder Público e pelas classes dominantes como espaço a ser controlado, o “medo do morro descer” e a idéia de que os favelados são integrantes de uma “classe perigosa” a ser evitada, motivou a política repressiva bem observada por Boaventura de Sousa Santos<sup>33</sup>, já que a presença do Estado nas favelas se deu, historicamente, pela figura da polícia e nada mais.

#### **4 A CIDADE COMUM. SOBERANIA, BIOPOLÍTICA E NOVAS LUTAS**

Foucault sinaliza que, desde o século XIX, formou-se “um certo saber do homem, da individualidade, do indivíduo normal ou anormal, dentro ou fora da regra, saber este que, na verdade, nasceu das práticas sociais, das práticas sociais do controle e da vigilância”<sup>34</sup>. Deste modo, “saberes sujeitados”<sup>35</sup>, “saber das pessoas (e que não é de modo algum um saber comum, um bom senso, mas, ao contrário, um saber particular, um saber local regional...)”<sup>36</sup> foram suplantados por saberes eruditos, pretensos discursos da verdade e que se impuseram como mecanismos de exercício disciplinar do poder.

Dessa forma, práticas políticas baseadas nos discursos do poder das ciências (médicas, da higiene, do urbanismo ou mesmo do direito) justificaram, através de um discurso de verdade, a

---

<sup>31</sup> SOUZA, Marcelo Lopes de. Loc. cit.

<sup>32</sup> Idem.

<sup>33</sup> SANTOS, Boaventura de Sousa. “Notas Sobre a História Jurídico-Social de Pasárgada”. In: SOUTO, Cláudio e FALCÃO, Joaquim (org.). *Sociologia e Direito: Textos Básicos para a Disciplina de Sociologia Jurídica*. São Paulo: Editora Pioneira Thompson Learning, 2005.

<sup>34</sup> FOUCAULT, Michel. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Nau Editora. Rio de Janeiro, 2002. p. 8.

<sup>35</sup> FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade: Curso no Collège de France (1975 – 1976)*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. Editora Martins Fontes. São Paulo, 1999. p. 11.

<sup>36</sup> FOUCAULT, Michel. Loc. cit. p. 12.

configuração de políticas públicas socialmente excludentes no mundo ocidental, como por exemplo, no Brasil, as reformas de Pereira Passos no início do século XX<sup>37</sup>.

Henri Lefebvre já atentava, em análise crítica da realidade urbana, para o nascimento da reflexão urbanística: uma nova racionalidade auto-referenciada (em oposição à razão filosófica grega) que visa subordinar os elementos da cidade a uma determinada finalidade. Esta finalidade é supostamente extraída de operações sistêmicas e analíticas do urbano que acabam por encobrir o elemento decisório e ideológico contido em sua formulação (seja oriunda do Estado ou das unidades de produção). Os adeptos dessa corrente partem de uma análise minuciosa dos processos desencadeados na cidade, que traz como resultado, geralmente, o caos. A finalidade, portanto, a resposta estratégica para tais situações caóticas está na idéia de coerência. Tal coerência é utilizada para sistematizar a *lógica do habitat* (em substituição ao habitar) levada a cabo pelo urbanismo estatal<sup>38</sup>.

Nesse aspecto, a configuração da questão da moradia no espaço urbano que temos hoje é um reflexo do somatório de saberes que se investiram do poder de dizer a verdade – e aí se inclui o direito, o qual apenas muito recentemente trouxe o estabelecimento do direito à moradia como direito social e as funções sociais da cidade no ordenamento jurídico brasileiro –, além das políticas públicas baseadas nesses saberes e na manutenção de um *status* de classe, fruto de um processo histórico estabelecido pelo capitalismo, que impulsionou a segregação sócio-espacial no meio urbano.

Ainda segundo Lefebvre, na mesma linha emergiu o urbanismo. Na administração pública, surge com pretensão científica e baseado em pesquisas e numa análise fragmentária da realidade, buscando otimizar a circulação e a comunicação através da criação de modelos que tendem a negligenciar o “fator humano” (é o caso dos conjuntos habitacionais). No mercado imobiliário, o urbanismo surge como valor de troca. Não se vende uma moradia, mas o urbanismo propriamente: o lugar de felicidade, agindo como programador de uma cotidianidade geradora de satisfações. O que Lefebvre chama de “sociedade de consumo dirigido”<sup>39</sup>.

Nesse sentido, David Harvey faz uma análise fundamental da questão da moradia nas sociedades capitalistas contemporâneas. A terra é condição de vida para a força de trabalho e condição de produção para o capital. O sistema de propriedade privada e a separação entre os locais

---

<sup>37</sup> “Por “Reforma Pereira Passos” entende-se um grande número de obras públicas que redefiniram de modo radical a estrutura urbana da cidade do Rio de Janeiro durante o governo do prefeito Pereira Passos. Houve uma verdadeira reconstrução do centro da cidade, rompendo com as características de cidade colonial e fazendo emergir novos traçados mais compatíveis com o uso de trens e bondes, em vez de animais e carruagens.” ABREU, Maurício. Evolução urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Zahar, 1987. In: PENALVA, Angela Moulin Simões Santos; MOTTA, Marly Silva da. O “bota-abaixo” revisitado: o Executivo municipal e as reformas urbanas no Rio de Janeiro (1903-2003). Revista Rio de Janeiro, nº 10, maio-agosto, 2003. In: [http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista\\_10/10-Angela-Marly.pdf](http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_10/10-Angela-Marly.pdf). Consulta realizada em 7 de julho de 2010.

<sup>38</sup> LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001. pp. 28-30.

<sup>39</sup> Ibid. pp. 31 e 32.

de trabalhar e viver somados à alienação do homem em relação à natureza e à terra propiciam a estruturação do espaço entre possuidores e despossuídos e reforçam o poder monopolístico do proprietário da terra<sup>40</sup>.

Outra questão suscitada por Harvey é a luta cotidiana dos trabalhadores com a propriedade privada, que não se restringe ao aspecto habitacional e é fruto da intervenção do capital sobre o ambiente construído, que geralmente ocorre por intermediação do Estado.<sup>41</sup> A disseminação da idéia da casa própria, individualizada, é essencial para evitar conflitos de interesses entre os defensores da propriedade pública e o ideário da propriedade privada. Os estímulos de fidelidade da população de baixa renda à propriedade privada permeiam a vida social e fragmentam essa classe entre inquilinos e proprietários.

A primeira cesura apontada por Negri sobre o tema da *soberania*, se refere à passagem de um regime de acumulação baseado na fábrica e na disciplina para um regime de poder que funciona em termos biopolíticos<sup>42</sup>, ou seja, um dispositivo que busca a inserção total do poder nas atividades sociais através de uma subsunção real da sociedade ao capital (NEGRI, 2005<sup>43</sup>). Segundo o autor, o horizonte político atual apresenta-se como dissolução de uma ontologia política construída ao redor do conceito de soberania.

A crise consiste na impossibilidade de se estabelecer relações de poder baseadas em um princípio unitário e unívoco tal qual o conceito de soberania. Se o poder se organiza cada vez mais como biopoder, como organização e *gestão das atividades da sociedade*, é porque, segundo Negri, houve outra cesura fundamental no *modo de produção e nos processos de valorização do capital*.

---

<sup>40</sup> HARVEY, David. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. In: *Espaços & Debates. Revista de estudos regionais e urbanos*. NERU. Ano II, nº 6, Jun/set 82. São Paulo: Cortez, 1982. pp. 6-35. p. 8

<sup>41</sup> Ibid. p. 12 e 13.

<sup>42</sup> Foucault divulga, pela primeira vez, o termo “biopolítica”, durante uma conferência realizada no Rio de Janeiro, em 1974, intitulada *O Nascimento da medicina social*, frisando que não teria ocorrido, no capitalismo, como se pensa, uma privatização da medicina, mas, pelo contrário, uma socialização do corpo, cuja realidade torna-se um problema médico-político. Posteriormente, o filósofo dedica ao tema a última aula do Curso ministrado no *Collège de France* de 1976, o último capítulo de *História da sexualidade* (1976) – considerado pelo pensador o mais importante do livro – e, ainda, os Cursos *Sécurité, territoire, population* (1977-78), *Naissance de la biopolitique* (1978-79) e o início do Curso *Du Gouvernement des vivants* (1979-80). O sentido geral que se pode extrair do termo “biopolítica”, a partir dos textos citados, refere-se a uma mudança ocorrida nos mecanismos de poder das sociedades européias, a partir do século XVIII. Foucault demarca essa ruptura, defendendo que “o velho direito de *causar* a morte ou *deixar* viver foi substituído por um poder de *causar* a vida ou *devolver* a morte”. Indica, assim, que o direito do soberano de decidir sobre a morte de um súdito – ligado, pela mesma tradição, ao direito de apreensão das coisas, do tempo e dos corpos – é substituído por um poder de gestão e de condução da vida da população – vinculado aos imperativos de organização, produção e crescimento das forças vitais da sociedade.

<sup>43</sup> Negri&Hardt diferenciam subsunção formal e real da seguinte forma: “Marx usa o termo subsunção formal para designar processos pelos quais o capital incorpora suas próprias relações de produção práticas de trabalho originadas foras de seu domínio. Os processos de subordinação formal estão, portanto, intrinsecamente ligados à extensão do domínio da produção e dos mercados capitalistas. (...) Os processos de subsunção real do trabalho ao capital não contam com o exterior e não envolvem os meios de expansão. Mediante a subordinação real, a integração do trabalho ao capital torna-se mais intensa do que extensa, e a sociedade é cada vez mais moldada pelo capital. (Negri&Hardt, 2005, p. 276).



Trata-se de uma cesura relacionada à nova composição do trabalho, ao regime de produção e acumulação pós-fordista e as novas formas de antagonismo político.

A mesma análise realiza Foucault, ao traçar a “mutação epistemológica” entre liberalismo e neoliberalismo. Enquanto o primeiro se preocupa com o estudo dos mecanismos de produção e trata o trabalhador como um objeto a ser negociado contratualmente, o segundo tem como objeto a atividade social dos indivíduos, os processos internos ao comportamento humano e o “ambiente social” (*l’environment social*), qualificando cada trabalho como um “sujeito econômico ativo” (*sujet économique actif*). O neoliberalismo, conclui Foucault, não é só um governo econômico, mas principalmente um “governo da sociedade” (FOUCAULT, 2004, p.229).

Estaríamos diante de uma tendencial hegemonia do trabalho imaterial (intelectual, científico, afetivo, lingüístico, comunicativo, criativo etc.). São as redes sociais, as diversas formas de cooperação, a criatividade, a comunicação, as novas tecnologias, os afetos, os bens imateriais e culturais passam a formar a dimensão produtiva e valorativa do capitalismo pós-fordista. O acento é colocado no que se convencionou chamar de “trabalho imaterial”<sup>44</sup> e o capitalismo se torna cada vez mais “cognitivo”<sup>45</sup>, isto é, ligado à produção de conhecimento, a criatividade e à cooperação social.

É no âmbito das grandes cidades que se torna possível perceber a emergência do “operário social” (NEGRI.T, 2006, p. 191), nova força de trabalho, móvel, flexível, precária e expropriada por táticas de controle<sup>46</sup> e biopoder. Segundo Giuseppe Cocco, o neoliberalismo “não é perigoso porque negue o social; é perigoso porque é uma tecnologia de poder capaz de reconhecer e controlar o social, desde o ponto de vista do capital” (COCCO, G. 2009, p. 125).

Por outro lado, nas mesmas cidades, novas lutas são potencializadas por uma crescente capacidade autônoma de trabalho, baseada na inteligência coletiva, em redes de cooperação social, no uso das novas tecnologias e na produção de múltiplas formas de vida e expressão. As cesuras relacionadas à soberania e ao trabalho que distanciam a atualidade da tradição moderna tendem a levar o antagonismo e o conflito para o espaço urbano. Negri&Hardt em seu mais recente livro *Commonwealth* afirmam que a metrópole é para a multidão, os novos sujeitos políticos e produtivos, o que a fábrica era antes para a classe trabalhadora (NEGRI&HARDT, 2009, p. 250):

---

<sup>44</sup> Cf. NEGRI&LAZZARATO. *Trabalho imaterial: formas de vida e produção da subjetividade*. Rio de Janeiro, DP&A, 2001.

<sup>45</sup> Cf. COCCO.G;& GALVÃO P.& SILVA. Gerardo. *Capitalismo Cognitivo: trabalho, redes e inovação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003; Ver também o esforço teórico de caracterização do capitalismo cognitivo realizado por Moulier Boutang Y. em: *Le capitalisme cognitif, La nouvelle Grande Transformation*, Paris: Editions Amsterdam, 2007.

<sup>46</sup> “O homem não é mais o homem confinado, mas o homem endividado. É verdade que o capitalismo manteve como constante a extrema miséria de três quartos da humanidade, pobres demais para a dívida, numerosos de mais para o confinamento: o controle não só terá que enfrentar a dissipação das fronteiras, mas também a explosão dos guetos e favelas” (DELEUZE, G. *Sobre as sociedades de controle*. In: *Conversações – 1972-1990*, Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.)

The contemporary productive activities of the multitude, however, overflow the factory walls to permeate the entire metropolis, and in the process the qualities and potetion of those activities are transformed fundamentally. (...) When metropolitan production is embedded in capitalist valorization, urban uprisings present original elements that herald news forms of organization , just like the first industrial workers strikes, which set off epidemics of sabotage against factories and their machines. (NEGRI&HARDT, 2009, p. 250)

No Brasil, curiosamente, a emergência de lutas urbanas centradas na cooperação social e na constituição de formas autônomas de trabalho (mesmo que sempre precarizadas e objeto de todo o tipo de violência) constitui elemento fundamental do próprio processo de urbanização, ocorrido à revelia de qualquer planejamento forte dos moldes do *Welfare State* europeu. Frustrando qualquer utopia conservadora relacionada ao planejamento urbano, as multidões em fuga tomam as cidades e promovem um violento processo de urbanização, buscando sempre um sopro de cidadania reservada apenas para pequenas frações dos estratos médios e ricos da população.<sup>47</sup>

Um tipo de luta urbana pelos direitos, típicas das cidades “em desenvolvimento”, surge nessa época. Lutas que giram em torno não só de reivindicações ao Estado, mas da produção e valorização do espaço urbano pela atividade social. Uma série de novas entidades – Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)<sup>48</sup>, Federações de associações de moradores, comitês de moradores etc. – passam a militar pelo acesso aos serviços públicos, por infra-estrutura básica, pela não remoção das favelas, pelo reconhecimento jurídico dos assentamentos, pelos direitos sociais urbanos *etc.*

É exatamente na linha que une organização do espaço social, produção da vida e organização política que, segundo Kowarick&Bonduki, se construiu a idéia de uma gestão democrática e popular das políticas urbanas. Segundo os autores, no decorrer dos anos 1980, as pautas dos movimentos sociais e mobilizações urbanas avançaram qualitativamente de reivindicações específicas (moradia, saneamento, escola etc.) para um desejo de governar e gerir democraticamente a cidade em todos os seus aspectos. (KOWARICK&BONDUKI, 1988, p.162).

Existe um fio condutor, portanto, que relaciona crise da soberania, mutação na composição do trabalho e lutas democráticas. Democracia, produção de vida e dos direitos nas cidades. A crise do conceito de soberania e as mudanças na composição do trabalho, a emergência do território urbano como centralidade produtiva, longe de apontar para um “materialismo pessimista” (NEGRI. T. 2006, p.28), permitem novas lutas em torno de uma concepção material de democracia.

---

<sup>47</sup> Essa análise se baseia, também, no estudo de COCCO.G&NEGRI.T. *Glob(AL). Biopoder e luta em uma América Latina Globalizada*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

<sup>48</sup> No Brasil, a opção preferencial pelos pobres se expressa principalmente com o início das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) que acontece em 68, tendo seu primeiro encontro nacional organizado em 75. Em 1981, Frei Betto calcula em 80 mil o número de CEB, congregando 02 milhões de pessoas. Cf. DOS SANTOS. R.G. *Movimentos sociais urbanos*, São Paulo, UNESP, 2004, p.72. Cf. também: DE SOUZA.M.L.&RODRIGUES.G.B. *Planejamento urbano e ativismos sociais*. São Paulo, UNESP, 2004, 87.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto pudemos observar que o caráter das intervenções no urbano somado às práticas antidemocráticas assumidas pelo executivo municipal só podem gerar maior segregação na cidade do Rio de Janeiro. O aquecimento do mercado imobiliário segue sem que se utilize de qualquer instrumento de controle da especulação. Pelo contrário, a finalidade dos empreendimentos urbanísticos é justamente uma intensa valorização imobiliária e no setor de serviços que atraia investidores privados e moradores de maior poder aquisitivo para a cidade<sup>49</sup>.

Ficam evidentes os riscos de se incorporar, no planejamento urbano, conceitos reificados das cidades mundiais, globais, estratégicas, e que podem levar a um processo de “urbanismo negocial”, com objetivos mais econômicos do que urbanísticos<sup>50</sup>, que está em curso atualmente, através da mudança de orientação na política urbana municipal, que vem adotando um modelo de gestão urbana fundado na parceria público-privada e na flexibilização do controle público sobre o uso e ocupação do solo.

O desenvolvimento de curto prazo cobra seu preço: a subordinação do planejamento urbano aos interesses privados e a conseqüente valorização imobiliária e expulsão das camadas populares ou pelas remoções forçadas ou pela silenciosa “gentrificação”. Se ainda é possível falar em legado, como de costume, teremos poucos beneficiados.

Por essas e outras razões, ainda não identificamos a possibilidade de construção coletiva e democrática da política urbana. Todos os dias são violados os direitos mais fundamentais dos moradores de favelas e assentamentos precários, em nome de uma noção de desenvolvimento que os exclui e segrega. Tampouco há um espaço efetivo de participação da população no planejamento da cidade, em conformidade com o princípio da gestão democrática das cidades. Pelo contrário, se observa uma forte burocratização e ausência de informações, que dificultam ainda mais o enfrentamento dos moradores diante deste projeto.

As estratégias de resistência como a mobilização coletiva a articulação com movimentos populares são alternativas buscadas hoje na perspectiva de criação de um projeto que faça frente ao processo de revitalização proposta pelo poder hegemônico. A organização comunitária atualmente começa a discutir a proposição de um projeto alternativo para a região portuária, que dê voz aos moradores e concilie o desenvolvimento à permanência dos moradores e da cultura local. Em Vila

---

<sup>49</sup>No caso da região portuária, por exemplo, em entrevista no Jornal O Globo de 5 de julho de 2011, Jeb Brugmann, urbanista e consultor da prefeitura afirma que será muito difícil conter a especulação imobiliária no Porto, e para que os moradores originários permaneçam no local, o SEBRAE fará um trabalho de capacitação dos mesmos para que sua renda cresça “junto com o desenvolvimento da área”.

<sup>50</sup>MARICATO, Ermínia. Brasil 2000: qual planejamento urbano? In: *Cadernos IPPUR*. Ano XI, nº 1 e 2. Jan-Dez 1997. Rio de Janeiro: IPPUR, 1997.

Autódromo, comunidade da zona oeste do Rio de Janeiro, por exemplo, já está em curso a elaboração de um plano de urbanização alternativo à remoção da comunidade, o Plano Popular de Urbanização da Vila Autódromo, que conta com o apoio de equipe multidisciplinar do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza do Instituto de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional da UFRJ (ETTERN-IPPUR).

Identificamos ações de resistência e surgimento de atores sociais que no processo de mobilização diante da ameaça de remoção surgem como lideranças comunitárias locais importantes para a organização e mobilização da comunidade e sua representação em reuniões e audiências junto aos órgãos públicos e de justiça, que aos poucos conferem maior legitimidade dessas lideranças em detrimento de Associações de Moradores com pouca representatividade ou deslegitimadas pelos moradores em razão da cooptação político-partidária. A mobilização dessas novas lideranças é recente, mas é interessante observar os avanços e as conquistas dessa organização. Mas ao que tudo indica, a luta está só começando.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício de Almeida. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPP, 2008.

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. *Homo Sacer – O poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

\_\_\_\_\_. *O que resta de Auschwitz*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

\_\_\_\_\_. *Onde começa o novo êxodo*. Rio de Janeiro: Lugar Comum – Estudos de mídia, cultura e democracia, n° 7, p. 73-77, 1999.

\_\_\_\_\_. *What is a Paradigm?* Lecture at European Graduate School. 2002. Disponível em <<http://www.egs.edu/faculty/giorgio-agamben/articles/what-is-a-paradigm/>>.

ARANTES, Paulo. *Extinção*. São Paulo: Boitempo editorial, 2007.

BAUMAN, Zigmunt. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1999.

BERCOVICI, Gilberto. *Constituição e estado de exceção permanente – Atualidade de Weimar*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2004.

\_\_\_\_\_. *Soberania e Constituição: Para uma crítica do constitucionalismo*. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

BOOKCHIN, Murray. *Municipalismo Libertário*. Disponível em: <<http://www.nodo50.org/insurgentes/textos/autonomia/04municipalismo.htm>>.

COMPANS, Rose. *Empreendedorismo urbano: entre o discurso e a prática*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

COCCO, Giuseppe. *MundoBraz: o devir-mundo do Brasil e o devir-Brasil do mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

FOUCAULT, Michel. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2002.

\_\_\_\_\_. *Em Defesa da Sociedade: Curso no Collège de France (1975 – 1976)*. Editora São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GIACOIA JUNIOR, O. *Sobre Direitos Humanos na Era da Bio-Política*. Kriterion (UFMG. Impresso), v. XLIX, p. 267-308, 2008.

GOHN, Maria da Glória (Org). *Movimentos sociais e lutas pela moradia*. São Paulo: Loyola Edições, 1991.

\_\_\_\_\_. *Movimentos Sociais no início do século XXI: Antigos e novos atores sociais*. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

HARDT, Michael & Negri, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

\_\_\_\_\_. *Campo*. Rio de Janeiro: Lugar comum – Estudos de mídia, cultura e democracia, nº7, p.69-71, 1999.

HARVEY, David. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. In: *Espaços & Debates. Revista de estudos regionais e urbanos*. NERU. Ano II, nº 6, Jun/set 82. São Paulo: Cortez, 1982. pp. 6-35.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LIRA, Ricardo Pereira. *Elementos de Direito Urbanístico*. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.

MARICATO, Ermínia. Brasil 2000: qual planejamento urbano? In: *Cadernos IPPUR*. Ano XI, nº 1 e 2. Jan-Dez 1997. Rio de Janeiro: IPPUR, 1997.

MARX, Karl. O dezoito brumário de Luís Bonaparte. In: Karl Marx e Friedrich Engels. *Obras escolhidas*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, s/d.

NEGRI, Antonio. Dispositivo metrópole. A multidão e a metrópole. Rio de Janeiro: Lugar Comum – Estudos de mídia, cultura e democracia, nº 25-26, p. 201-208, 2008.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; CARDOSO, Adauto Lucio. “A Concessão Onerosa do Direito de Construir: Instrumento da Reforma Urbana?” In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; CARDOSO, Adauto Lucio (Orgs). *Reforma urbana e gestão democrática: promessas e desafios do Estatuto da Cidade*. Rio de Janeiro: Revan/FASE, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. “Notas Sobre a História Jurídico-Social de Pasárgada”. In: SOUTO, Cláudio e FALCÃO, Joaquim (org.). *Sociologia e Direito: Textos Básicos para a Disciplina de Sociologia Jurídica*. São Paulo: Editora Pioneira Thompson Learning, 2005.

SASSEN, Saskia. *As Cidades na Economia Mundial*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

\_\_\_\_\_. *The Global City: New York, London, Tokyo*. Princeton: Princeton University Press, 1991.

SILVA, Tiago Magaldi Granato. *Criminalização, política de segurança e estado de exceção da cidade do Rio de Janeiro*. 2009. 73 f. Monografia (graduação em Direito) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes de. A “reconquista do território” ou: *Um novo capítulo na militarização da questão urbana*. Disponível em <http://passapalavra.info/?p=32598>. Publicado em 03/12/2010. Última consulta em 30/09/2011.

\_\_\_\_\_. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

\_\_\_\_\_. *A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, Taiguara Libano Soares. *Constituição, Segurança Pública e Estado de Exceção Permanente: A Biopolítica dos Autos de Resistência*. 2010. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Direito.

TEIXEIRA, Eduardo Tomazine. *Unidades de Polícia Pacificadora: O que são, a que anseios respondem e quais desafios colocam aos ativismos urbanos? - 1.ª Parte*. Disponível em: <http://passapalavra.info/?p=25554>. Publicado em 25 de Junho de 2010. Último acesso em 30/09/2011.

VIEIRA, José Ribas. *O autoritarismo e a ordem constitucional no Brasil*. Rio de Janeiro: Renovar, 1988.

VIEIRA, Rafael B. *Considerações sobre a estrutura jurídico-política do estado de exceção: Refletindo sobre os elementos soberania, campo e homo Sacer*. 2009. 66 f. Monografia (Graduação em ciências Jurídicas e sociais) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.